

**O Mundo Rural no Pós-abolição:
A participação política e a migração de ex-escravos e de seus descendentes.
Valença e Nova Iguaçu (1888-1940)**

Carlos Eduardo C. da Costa *

Resumo: O Pós-abolição vem se destacando como um importante tema para a compreensão das experiências de ex-escravos e de seus descendentes no Brasil e nas Américas. Esta comunicação pretende ampliar o estudo da participação política de ex-escravos e seus descendentes e suas conseqüências para estabilidade familiar no campo. Centralizamos, prioritariamente, nossa análise no Município de Valença, local este que concentrou, nos últimos anos da Monarquia, uma parcela expressiva de cativos no Sudeste cafeeiro. Ao longo da Primeira República, com o declínio do café, novos investidores ampliaram a produção de gado e eucalipto que avançavam sobre as pequenas roças, conquistas ainda da escravidão. Somado a isso, devemos questionar quais os parâmetros políticos que permitiram, em certa medida, a permanência e/ou expulsão, dos mesmos, das fazendas. Em virtude desses acontecimentos muitos libertos migraram do Vale do Paraíba, durante a década de 20 e 30 do século XX, e se dirigiram, em boa parte, para a região da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Esse trabalho, em processo, pretende qualificar o processo migratório da população de pretos e pardos do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: Pós-Abolição – Migração – Baixada Fluminense

Abstract: The Postemancipation comes if detaching as an important subject for the understanding of the experiences of former-slaves and its descendants in Brazil and Americas. This communication intends to extend the study of the participation politics of former-slaves and its descendants and its consequences for familiar stability in the field. We center, with priority, our analysis in the City of Valença, place this that concentrated, in recent years of the Monarchy, an expressive parcel of captives in the coffee Southeast. Throughout the First Republic, with the decline of the coffee, new investors had extended the production of cattle and eucalipto that they advanced on small crops, conquests still of the slavery. Added to this, we must question which the parameters politicians who had allowed, in certain measure, the permanence and/or expulsion, of the same ones, at the farms. In virtue of these events many freedmen had moved of the Valley of the Paraíba, during the decade of 20 and 30 of century XX, and if they had directed, in good part, for the region Baixada Fluminense, in the State of Rio De Janeiro. This work, in process, intends to characterize the migratory process of the population of black color and mediums brown of the State of Rio De Janeiro.

Keywords: Postemancipation – Migration – Baixada Fluminense

O pós-abolição vem se destacando como um importante tema para a compreensão das experiências de ex-escravos e de seus descendentes. No estudo do Sul dos Estados Unidos e no Caribe, teve seu estopim e, atualmente, começa a sedimentar uma linha de pesquisa no Brasil. Dentre os vários elementos já pesquisados sobre esse período, podem-se destacar: a história da família, o mundo do trabalho, as práticas culturais, a religião, entre outros.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor Substituto na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Logo, este texto, ainda em processo de pesquisa, pretende apresentar o estudo da participação política de ex-escravos e seus descendentes e suas conseqüências para estabilidade familiar no campo. Muitos libertos migraram do Vale do Paraíba, durante a década de 20 e 30 do século XX, e se dirigiram, em boa parte, para a região da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Esse processo pôde ser observado, de forma ainda preliminar, nas entrevistas coletadas pelas pesquisadoras Ana Rios e Hebe Mattos para o projeto “*Memórias do Cativo*”,¹ no Vale do Paraíba. Para atingir os objetivos da pesquisa, serão analisados, mais profundamente, os contextos dos municípios de Valença e de Nova Iguaçu, durante os primeiros quarenta anos da República.

O Município de Valença concentrou, nos últimos anos da escravidão do século XIX, uma quantidade significativa de escravos.² Essa região era nacionalmente conhecida por ser um dos principais pólos de produção do café e por utilizar largamente o trabalho cativo nas propriedades rurais. Com o fim da escravidão, boa parte dos ex-escravos e seus descendentes permaneceram nas fazendas, negociando sobre as novas relações de trabalho (RIOS e MATTOS, 2005: cap.3). Esta pesquisa busca compreender as bases desses novos acordos pelos quais conseguiram manter, durante um tempo significativo, certa estabilidade na região.

Nos tais acordos, traçados durante os primeiros anos da Primeira República, é possível notar que as forças de negociação entre trabalhadores rurais e proprietários eram visivelmente desiguais. Os conflitos locais, que, ao longo dos anos, tornaram-se rotina no município, podem estar ligados à quebra dos acordos e ao empobrecimento da região, em virtude do declínio do café. Em conseqüência desses fatos, a migração provavelmente foi uma das estratégias para os ex-escravos e seus descendentes, com a finalidade de diminuir as incertezas diante do novo contexto.

No período compreendido entre 1920 e 1940, a situação econômica dos Municípios de Valença e Nova Iguaçu é visivelmente oposta. No primeiro, a produção de café desvalorizou-se nas fazendas, e boa parte dos proprietários passou a investir em atividades econômicas que necessitavam de pouco capital inicial, de uma quantidade menor de mão-de-obra e de maiores áreas de produção (FRAGOSO, 1983:147). Para ampliar a área de pasto ou de plantação de mudas de eucalipto, tornou-se prática, nesse município, a diminuição das roças de

¹ Esse acervo conta com entrevistas realizadas pelos seguintes professores: Ana Lugão Rios, Robson Martins e Hebe Mattos. Atualmente, os depoimentos encontram-se no LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem, na Universidade Federal Fluminense, e as transcrições podem ser acessadas no seguinte sítio: www.historia.uff.br/labhoi.

² De acordo com o censo de 1872, existiam 23.496 (55%) escravos em um total de 42.131 pessoas recenseadas no Município de Valença.

subsistência, localizadas no interior das fazendas.³ Nesta pesquisa, pretende-se analisar o impacto do fim das concessões de pequenos pedaços de terra aos ex-escravos e seus descendentes na estabilização na região.

Por outro lado, na década de 1930, houve, no Município de Nova Iguaçu, uma ampliação da produção de laranjas, em pequenas chácaras, tornando-se um dos principais produtos de exportação do Estado. Em consequência a isso, o desenvolvimento urbano e comercial do município logo acarretou a contratação de novos trabalhadores. A oferta de terras baratas ampliou a busca pela estabilização definitiva, e, desse modo, parte significativa de pretos e pardos habitaram as regiões ao entorno da sede do município, ou seja, áreas como Japeri, Queimados, Mesquita, São João de Meriti e Duque de Caxias, hoje emancipadas de Nova Iguaçu.

Um dos problemas encarados pelos primeiros pesquisadores, os quais se propuseram a trabalhar o pós-abolição, foi a suposta falta de fontes sobre as trajetórias dos ex-escravos e seus descendentes. Entre os 51 anos selecionados para serem analisados, o governo brasileiro realizou apenas quatro censos demográficos, a saber: 1890, 1900, 1920 e 1940. Entre os pesquisadores atuais, tornou-se usual salientar a deficiência na execução dos censos de 1890 e de 1910 (CARVALHO, 1987:16-17). Entre os problemas de cunho geral, é essencial apontar a existência da categoria “cor” somente nos censos de 1890 e de 1940, o que, de certa forma, dificulta a análise do objeto de estudo. No entanto, em outros tipos de fontes, tais como as de cunho cartorário, judicial e oral, é possível encontrar informações sobre a experiência do pós-abolição no Brasil.

A originalidade desta pesquisa consiste no tratamento diferenciado dado ao tema do pós-abolição. Paralelo a uma historiografia clássica sobre a escravidão, principalmente da década de 70, esse período era pouco estudado; os autores que abordaram o tema apontaram o cativo como um deformador do ex-escravo.⁴ Essas pesquisas tinham por característica tratar esse período por um viés evolucionista, uma vez que afirmam a substituição automática, e quase natural, do trabalho escravo para o livre assalariado.⁵ Um dos principais problemas

³ A ampliação da área do gado pastoreio já foi foco de estudos de trabalhos anteriores, ver: GARCIA JR., Afrânio R. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 221.

⁴ De acordo com tais pesquisas, por causa da experiência traumática, o liberto teria gerado uma “patologia social”, em que não conseguiria formar família, entender a forma de trabalho livre assalariado e, logo, não poderia conviver em sociedade, sendo, portanto, segregado. Para se ter uma discussão historiográfica sobre essas passagens, ver a introdução de RIOS, A e MATTOS, H. op. cit. 2005.

⁵ MAMIGONIAN, Beatriz. “Revisitando a ‘transição para o trabalho livre’: a experiência dos africanos livres”. In: FLORENTINO, M. **Tráfico, Cativo e Liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX**. Ed: Civilização Brasileira, RJ, 2005, p. 392 e ESPADA, H.R. “Sob domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. In: **Topoi**, vol.6, nº11, jul.dez. 2005, p. 299.

desse tipo de análise perpassa pelo trato “naturalizado” dado às perdas da população de libertos durante o pós-abolição no Brasil (CUNHA E GOMES, 2007). Nesse aspecto, pouco se atenta para os avanços e ganhos, principalmente políticos, dos ex-escravos e seus descendentes no país.

Um aspecto interessante a ser ressaltado foi o de acompanhar, durante o fim da década de 80 e início de 90, o crescimento de estudos sobre a escravidão que abordaram o cativo na figura do “agente”, o qual sabia negociar e resistir.⁶ Porém, essa mesma personagem, quando chegou ao período da Primeira República, tornou-se apenas uma peça controlável do coronel, despossuída de qualquer conhecimento sobre negociação política com o proprietário. Dessa forma, deve-se atentar para a complexidade das relações construídas entre os moradores do mundo rural e os potentados locais.

Um dos caminhos a ser seguido, para dar corpo à linha de pesquisa sobre o pós-abolição, é o da ampliação da análise sobre o mundo rural, sob a perspectiva da Primeira República. No que concerne ao recorte espacial, Falcon, em seu levantamento de teses e dissertações sobre o Estado do Rio de Janeiro, percebeu uma desproporção dentre os trabalhos produzidos, pois “*enquanto se recorta e privilegia a Cidade, deixa-se na penumbra uma série de trabalhos históricos voltados para a História Agrária fluminense (...)*” (FALCON, 1995:66). Preocupação, essa, dividida com Marieta Ferreira quando diz que “*a agricultura vem sendo examinada em seus aspectos parciais, em trabalhos que oscilam entre uma excessiva preocupação com detalhes e um exagero de generalizações*” (FERREIRA, 1989:252). Somado a esses fatores, torna-se mister salientar que, nos primeiros anos da recém inaugurada República, a maior parte da população do Brasil estava no campo.

Dessa forma, pode-se apontar que parte das discussões acadêmicas, as quais colocaram como objeto de estudo o mundo rural, tentou analisar os entraves econômicos existentes no “campo” brasileiro com a finalidade de construir propostas para a sua superação. No Rio de Janeiro, as preocupações de Maria Yedda Linhares, que trouxera uma inovação na utilização de fontes (como as cartorárias e judiciais), eram de demonstrar como se desenvolveram e se dissolveram os principais sistemas agrários no Brasil (LINHARES e TEIXEIRA, 1981). Seus orientandos seguiram caminhos semelhantes, como Sheila Faria no

⁶ Entre as principais referências, destacam-se os trabalhos de: MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil**. (1ª edição de 1982). São Paulo: Brasiliense, 1988; LARA, S. H. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; CHALHOUB, S. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 e do mesmo autor REIS, João José & SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito - A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

sistema agrário do açúcar em Campos, Hebe Mattos em Capivary e João Fragoso e Ana Rios em Paraíba do Sul, na região do Vale do Paraíba.⁷ Nesta pesquisa, busca-se, em uma escala de análise diferenciada, atingir as relações cotidianas, as práticas e as hierarquias costumeiras da população rural na Primeira República. Assim, será possível observar o fenômeno da migração de ex-escravos e de seus descendentes, a partir das relações políticas construídas e, conseqüentemente, quebradas no Município de Valença.

O Pós-Abolição como Problema

As pesquisas internacionais já avançaram, e muito, na análise do pós-abolição. Os estudos mais recentes têm, nas Américas, o foco central. Autores vêm discutindo o tema, utilizando, como base de investigação, os processos ocorridos nos países como, por exemplo, Rebecca Scott em Cuba, Thomas Holt na Jamaica e Eric Foner no Sul dos Estados Unidos.

A comparação com outras experiências permite compreender o papel dos libertos, enquanto atores sociais nas sociedades as quais pertenciam. Esse foi o caso do levante na Jamaica, ocorrido em 1831, em que os escravos se rebelaram ateando fogo em casas e plantações; ora, uma das causas apontadas para esse conflito foi, possivelmente, a existência de rumores de que o Rei da Inglaterra os havia libertado, e que os proprietários tinham ocultado os papéis. Por conta dos fatos, Holt afirmou que escravos estavam em uma guerra defensiva, buscando assegurar os direitos, os privilégios e as terras que eles achavam ter direito (HOLT, 1992:53).

Os ex-escravos tentaram participar ativamente da vida política de seu país. Com o fim da escravidão, após a Guerra Civil americana, Foner apontou que os libertos construíram igrejas e escolas para si próprios, assim como participaram das eleições na condição de votantes e também de candidatos (FONER, 1990). Semelhante caso ocorreu em Cuba quando os residentes de ascendência africana perpetraram uma aliança inter-racial, atuando de forma expressiva na guerra de independência desse país, entre 1895 a 1898 (SCOTT, 2005:177).

No período do pós-abolição, a busca pela independência dos ex-escravos e de seus descendentes, frente ao poder dos proprietários, passava, entre outros fatores, pela possibilidade de adquirir terra e controlar o ritmo e a forma do trabalho. Acreditava-se, no

⁷ São eles: FRAGOSO, J. L. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983; FARIA, S. C. **Terra e Trabalho em Campos dos Goytacazes**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense, 1986; MATTOS, H. **Ao Sul da História. Lavradores Pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo, Brasiliense, 1987 e RIOS, A. L. **Família e Transição (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

caso da Jamaica, que os libertos tenderiam a comprar terras baratas, improdutivas, para subsistência e distantes das grandes propriedades. Contudo, o que se pôde perceber, na Jamaica, foi um movimento contrário: de acordo com Holt, eles conseguiram comprar pequenas propriedades, próximas às paróquias, nos centros urbanos e principalmente perto das áreas agroexportadoras. Dessa forma, em suas roças, buscaram aliar uma produção de subsistência com excedentes para a venda em mercados locais e também almejavam vender sua força de trabalho nas fazendas de grande porte (HOLT, 1992:Cap.5).

Analisando o que fora exposto, torna-se possível identificar os principais significados de liberdade para os ex-escravos e seus descendentes como: participação ativa na vida política, sendo votantes ou mesmo rebeldes e a procura pela pequena propriedade, com a finalidade de obter seu sustento e renda. Todavia, quando esses objetivos não eram conquistados, uma das estratégias adotadas foi a migração.

A migração de libertos, no período do pós-abolição, possuiu motivações e significados próprios. De acordo com Foner, durante a *Reconstrução*, o movimento dessa população pareceu, aos brancos, sem destino. Para eles, era uma prova de que os negros entendiam a liberdade como a negação do trabalho, o que levava a ociosidade e a “vagabundagem”(FONER, 1990:14). Porém, os libertos e seus descendentes buscaram locais estratégicos, onde acreditavam ser possível obter independência em relação aos grandes proprietários. As cidades e os municípios sulistas incharam após a Guerra Civil americana, visto que, nesses locais, era possível encontrar instituições sociais negras, por exemplo, escolas, igrejas, sociedades de ajuda mútua, o exército (formado por soldados negros) e a agência dos libertos. Esses espaços ofereciam proteção contra a violência, que se tornou tão comum, no Sul dos Estados Unidos (FONER, 1990:15).

A Migração no Pós-Abolição

Pondo em questão o caso brasileiro, em 1888, a necessidade de colher o café fez com que diversos proprietários improvisassem turmas de trabalho para a manutenção da mão-de-obra em suas fazendas.⁸ Nesse ano, foi feita uma das maiores colheitas já vistas no Vale do Paraíba, e, para isso, os proprietários empregaram vários meios, inclusive judiciais, para manter a mão-de-obra em suas fazendas (STEIN, 1990:303). Muitos ex-cativos foram presos por vadiagem, e outros, disputados entre fazendeiros (MATTOS, 1997). Contudo, com o

⁸ Neste sentido, falam: MATTOS, H. **Das Cores do Silêncio. Significados da liberdade no Brasil escravista.** Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995/ Nova Fronteira, 1997, DEAN, W. **Rio Claro – Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura (1820-1920).** Rio de Janeiro, Ed.: Paz e Terra, 1977 e STEIN, S. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

passar dos anos, a maior parte dos libertos permaneceu nas fazendas, trabalhando com salários insatisfatórios.⁹

A historiografia clássica ao analisar as construções sociais do mundo rural, na Primeira República, pouco atentou para as particularidades do campo, tendendo a trabalhar os grupos sociais, a saber, de forma dicotômica. Autores como Nunes Leal consideravam que, no mundo rural, “*o binômio (...) é geralmente representado pelo senhor da terra e seus dependentes*”(LEAL, 1975:44).

No período do pós-abolição, os grupos pertencentes a essa sociedade eram extremamente complexos para serem dicotomizados. Ora, entre os trabalhadores rurais, podiam ser encontrados, meeiros, posseiros, os que trabalhavam na terça, os de empreitada, os jornaleiros, entre outros. Já em relação aos potentados locais, Nunes Leal, ao discutir o coronelismo, apontou que os chefes locais nem sempre eram só os grandes proprietários rurais, mas também pessoas de outras áreas, uma vez que a difusão maior do ensino superior no país “*espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia*” (LEAL, 1975:41).

Os poderes locais já foram objeto de diversos estudos na historiografia brasileira da Primeira República, no entanto, pouco se atentou para a sua construção no contexto das transformações ocorridas com o fim da escravidão. Ao analisar esse período, Lessa apontou que a construção da “política dos governadores” era necessária para a manutenção do regime oligárquico na presidência; também, segundo ele, a sustentabilidade desse governo se baseava no apoio dos potentados locais à eleição de candidatos na esfera estadual e federal. Em contrapartida, as instâncias superiores não interfeririam nos assuntos municipais (LESSA, 1988). De acordo com esse raciocínio, era imprescindível controlar os votos no âmbito local, ostensivamente.

Ao rediscutir a historiografia, nota-se a existência de um exagerado valor dado ao poder do “coronel” em controlar os votos de seus dependentes e, principalmente, da importância desse sufrágio como mercadoria de troca na República Velha. De acordo com Cammack, em primeiro lugar, a participação eleitoral, durante todo esse período, foi muito baixa em relação à população total. Em segundo, a votação pouco valia nesse momento, visto que as fraudes eleitorais estavam abundantemente documentadas (CAMMACK, 1979:1-20). Contudo, José Murilo de Carvalho, ao rediscutir a análise de Cammack, demonstrou que,

⁹ No capítulo 3 de seu livro, Ana Rios discute a lógica dos contratos entre proprietários e trabalhadores rurais. Ela levantou as diversas formas de trabalho empregadas no início do século que eram, em sua maioria, contratos verbais que os tornavam, por vezes, muito instáveis. RIOS, A. e MATTOS, H. op. cit., capítulo 3.

mesmo se a votação não elegeesse o candidato ditado pela oligarquia, o Congresso possuía a última palavra para eleição e o afirmaria no governo federal; logo, por mais que a eleição do tal candidato estivesse no Congresso, os âmbitos estaduais e federais necessitavam do apoio político dos coronéis para legitimar a sua decisão (CARVALHO, 1998:136). Aparentemente, esses autores não perceberam que o voto era apenas uma das várias formas que os poderes locais encontraram para o autofortalecimento regional.

Deseja-se, aqui, destacar a importância dos termos reciprocidade, lealdade, rotatividade e violência no que tange à construção das chefias locais. Ora, em relação à reciprocidade, para Leal, esse aspecto era pactuado somente entre poder local e estadual, já que, de um lado, *“os chefes municipais e os coronéis, (...) conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante do Estado, que dispõe de erário, dos empregos, dos favores e da força política”* (LEAL, 1975:63-64). Ou seja, tal população não possuía discernimento e, por isso, apoiava os candidatos do Coronel, pois era uma “tropa de burros”, não participando diretamente das decisões políticas da época. Todavia, escapam a essa forma de análise a construção e a importância das reciprocidades locais, as quais legitimaram esses poderes. No que diz respeito à lealdade, no Vale do Paraíba, houve a abertura de espaço para negociações, uma vez que os proprietários tiveram que ser mais flexíveis ao negociar para com os trabalhadores rurais, a fim de mantê-los em suas propriedades.

Já na questão da rotatividade do poder, em trabalho ainda não publicado, Wanderley Guilherme dos Santos analisa a taxa de renovação bruta na Câmara dos Deputados, durante os anos de 1830 a 1930. Ao focar na Primeira República, que era um regime oligárquico, era de se esperar que os deputados se mantivessem no poder durante eleições seguidas. Contudo, em sua análise, a quantidade de políticos que atuaram apenas em um mandato é surpreendente: dentre os 1.305 parlamentares, de todo o período, 526 (40%) foram eleitos apenas uma vez, e 314 (24%), duas vezes, e, ao analisar as eleições de 1894-1896, percebe-se uma taxa de renovação bruta de 63,36%.¹⁰ Ou seja, era necessário permitir a participação de todos os membros na política nacional, uma vez que a capacidade de um oligarca produzir mal público era alta, o que, por conseguinte, poderia se transformar em atos violentos.

Por último, em relação à violência, ocorria, nas regiões agricultoras de exportação em decadência, um misto de “repressão” e “educação”, utilizadas pelos potentados locais com a finalidade de disciplinar a mão-de-obra nacional, visto que, como já mencionado, houve

¹⁰ Pesquisa desenvolvida pelo professor Wanderley Guilherme dos Santos, sob o título de “Pesquisa de Deputados”, no IUPERJ.

pouca imigração estrangeira para tal região (MENDONÇA, 1990). Aparentemente, esse tipo de regime político manteve, durante os primeiros anos do período do pós-abolição, certa estabilidade no mundo rural. No entanto, ao longo dos anos, as quebras de contratos informais tornaram-se a norma. As queixas recorrentes contra a expulsão de posseiros e parceiros e de quebra de contratos, que, por muitas vezes, acarretaram a queima das casas dos colonos, foram pouco estudadas (RIOS, 2007:15). Dessa forma, deseja-se apontar as práticas costumeiras, entre população do campo e dos chefes locais, durante o período da Primeira República, como as responsáveis pela construção de hierarquias costumeiras.

Ao aproximar da década de 30, diante da diminuição da produção do café, as pesquisas atuais indicam que não foi possível mais obter trabalho nas propriedades próximas aos locais de moradia. Aparentemente, esse foi o momento no qual o processo da expansão latifundiária, para obter pastos, ganhou mais força. Diante da extrema pobreza, a primeira geração de filhos de libertos nascidos no pós-abolição, visivelmente, não encontrou as mesmas oportunidades que seus pais. Esse processo pode ter influenciado a saída dessa população do Vale do Paraíba em direção a regiões mais prósperas (RIOS E MATTOS, 2005:194).

Ao analisar os libertos e seus descendentes, Rios deparou-se com três tipos de trajetórias nos depoimentos por ela coletados. No primeiro, encontrou, na região do Vale do Paraíba, comunidades negras que, de alguma forma, conseguiram a estabilidade nas mesmas fazendas onde seus pais e avós foram colonos e, em boa parte dos casos, escravos. No segundo, percebeu a existência de um campesinato familiar que, pela compra de pequenas propriedades, por doações ou por um longo tempo no trabalho de parceria, obteve a permanência nessa região. Já no terceiro tipo de trajetória, a autora encontrou famílias que foram privadas do direito de trabalhar e de ter a própria roça. Nesse último, há relatos de duas formas de migração: entre fazendas, no Vale do Paraíba, e para os centros em ascensão econômica.¹¹

Os trabalhos mais recentes sobre pós-abolição não focam diretamente a migração para o antigo Município de Nova Iguaçu. De acordo com os censos de 1920 e 1940, a quantidade de habitantes salta de 33.966 para 140.606, o que, aparentemente, demonstra uma migração para essa região. No período entre 1920 a 1930, foi possível constatar, através de entrevistas, uma migração de caráter sazonal entre o Vale do Paraíba e o Município de Nova Iguaçu. Na

¹¹ Para uma melhor exploração das categorias, ver: RIOS, A. & MATTOS, H. op. cit., 2005. p. 215-222.

maior parte dos casos, os migrados trabalharam na plantação e na colheita de laranjas, a qual apresentava uma importância internacional nessa época.¹²

A partir da década de 30, é lícito supor que uma nova configuração social despontava no Município de Nova Iguaçu. O crescimento populacional da região, a priori, foi incentivado pela existência de um “mercado imobiliário” de venda de lotes iniciado, timidamente, na década de 1890 e que se perpetuou até os anos 40, quando houve um dos maiores desmembramentos de propriedades da região.¹³ Preliminarmente, podem ser apontados, como locais de moradia, os que se encontravam distantes da sede, em regiões como: Mesquita, Japeri, Belford Roxo e Queimados (atuais municípios emancipados).

Dessa forma, a década de 30 tornou-se um dos momentos definidores da situação de pretos e pardos no Estado do Rio de Janeiro. O avanço urbano do Município de Nova Iguaçu possivelmente permitiu aos ex-escravos e, principalmente, aos seus descendentes uma maior diversificação dos arranjos de trabalho. Somado a isso, é mister salientar o progresso nas questões trabalhistas, seja nas melhores condições, seja na regularização dos ofícios. Esses elementos podem, também, ter contribuído para a estabilização de pretos e pardos no Município de Nova Iguaçu.

Bibliografia

- BLACKBURN, Robin. **A queda do Escravismo Colonial: 1776-1848**. Rio de Janeiro, Ed: Record, 2002.
- CAMMACK, Paul. "O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica". In: **Cadernos DCP**. Belo Horizonte, 5:1-20. 1979.
- CASTRO FARIA, Sheila S. - **A Colônia em Movimento. Cotidiano e Fortuna no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ed: Nova Fronteira, 1997.
- CARVALHO, José Murilo. "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". In: FAUSTO, Boris (Org.) **O Brasil republicano**. São Paulo, Difel, vol.2 (História Geral da Civilização Brasileira, 9), 1977.
- _____. "Coronelismo". In: **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1930-1983**. Israel Beloch e Alzíra Alves de Abreu (orgs.). Rio de Janeiro, Forense-Universitária: CPDOC/FINEP, vol.2., 1984.
- _____. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- _____. **Pontos e Bordados: Escritos de História Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CUNHA, Olivia e GOMES, Flávio. **Quase Cidadão**. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

¹² PEREIRA, Waldick. **Cana, Café e Laranja: História econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977. p. 114 e SOUZA, Sonali Maria. **Da Laranja Ao Lote: Transformações sociais em Nova Iguaçu**. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. p. 58-59.

¹³ ROCHA, Jorge Luís. "De quando dar os Anéis – A estrutura fundiária da Baixada Fluminense e suas transformações". **Hidra de Igoassú**, nº3, abril/maio/junho de 2000, p. 26 e SOUZA, Sonali Maria op. cit.

- DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro, Ed: Civilização Brasileira, 2001.
- DEAN, W. **Rio Claro – Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura (1820-1920)**. Rio de Janeiro, Ed.: Paz e Terra, 1977.
- DRESCHER, Seymor & MCGLYNN, Frank (org.). **The meaning of freedom: economics, politics, and culture after slavery**. Ed: University of Pittsburgh, 1992.
- ESPADA, H.R. “Sob domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX.” In: **Topoi**. vol.6, nº11, jul - dez. 2005.
- _____. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.
- FARIA, S. C. **Terra e Trabalho em Campos dos Goytacazes**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense, 1986.
- FALCON, F. J. C. “O Rio de Janeiro como Objeto Historiográfico”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15, nº30, p. 63-75, 1995.
- FERREIRA, M. M. e GOMES, A. C. “Primeira República: um balanço historiográfico”. In: **Estudos Históricos**. n.º4. Rio de Janeiro, 1989.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “História Oral. O inventário das diferenças”. In: **Entrevistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1994.
- _____. (coord.) **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro, Ed. Rio Fundo, 1989.
- _____. **Em busca da Idade do Ouro: as elites fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- FONER, E. **Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Brasília: CNPq, 1988.
- FONER, Eric. **A Short History of Reconstruction, 1863-1877**. New York: Harper & Row, 1990.
- FONER, Eric. O Significado da Liberdade. **Revista Brasileira de História**. 8, 1988.
- FRAGOSO, J. L. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.
- FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. 1. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. FREYRE, G. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Círculo do Livro S. A. 1989-1990 (c 1933).
- GARCIA JR., Afrânio R. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GUTMAN, Herbert G. **The black family in slavery and freedom (1750-1925)**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1976.
- HOLT, Thomas. **The Problem of Freedom: Race, Labor, and Politics in Jamaica and Britain, 1832-1938**. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1992.
- LARA, S. H. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LINHARES, M. Y & TEIXEIRA, F. C. **História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1981.
- LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República**. São Paulo, Editora Vértice e IUPERJ, 1988.
- MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro. EDUFRJ, 1994.

MAMIGONIAN, Beatriz. “Revisitando a ‘transição para o trabalho livre’: a experiência dos africanos livres”. In: FLORENTINO, M. **Tráfico, Cativo e Liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX**. Ed: Civilização Brasileira, RJ, 2005.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. **Das Cores do Silêncio. Significados da liberdade no Brasil escravista**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995/ Nova Fronteira, 1997.

_____. **Ao Sul da História. Lavradores Pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil**. (1ª edição de 1982). São Paulo: Brasiliense. 1988.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A Classe Dominante Agrária: natureza e comportamento (1964-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENDONÇA, Sonia R. **Estado e economia no Brasil**. 3a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. **O Ruralismo Brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Ruralismo. Agricultura, poder e estado na Primeira República**. Tese de doutoramento, São Paulo, Departamento de História, USP, 1990.

PANG, Eul Soo. **Coronelismo e oligarquias**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

PEREIRA, Waldick. **Cana, Café e Laranja: História econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito - A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

_____. **My Mother was a slave, Not me. Black Peasantry and Local Politics in Southeast Brazil, c. 1870-c. 1940**. University of Minnesota, 2001.

_____. “Campeinato negro no período do pós-abolição: repensando *Coronelismo, enxada e voto*”. In: **Caderno IHU idéias**, Unisinos, ano 5 – n.º 76, 2007.

RIOS, A. & MATTOS, H. **Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós-abolição**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

ROCHA, Jorge Luís. “De quando dar os Anéis – A estrutura fundiária da Baixada Fluminense e suas transformações”. In: **Hidra de Igoassú**, n.º 3, abril/maio/junho de 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

SCOTT, R. **Degrees of Freedom: Louisiana and Cuba After Slavery**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2005.

SCOTT, R. “Exploring the meaning of freedom: postmanicipation societies in comparative perspective”. In: SCOTT, R. et alii. **The Abolition of Slavery and the Aftermath of Emancipation in Brazil**. Durham/London, Duke University Press, 1988.

_____. **Emancipação Escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1889**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

_____. (org.) **Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Sonali Maria. **Da Laranja Ao Lote: Transformações sociais em Nova Iguaçu**. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

STEIN, S. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.